

# **LEI Nº 5.852, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar o débito para com o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL** de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, da Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado parcelar o débito existente em favor do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor, observadas as condições estabelecidas na presente Lei e confessado no **TERMO DE CONSOLIDAÇÃO, CONFISSÃO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA** (Anexo III).

Art. 2º O valor do débito previdenciário refere-se às contribuições patronais do período de julho de 2009 a novembro de 2009 no montante de R\$ 613.819,09 (seiscentos e treze mil e oitocentos e dezenove reais e nove centavos), ao qual foram acrescidos a correção monetária e juros de mora, de R\$ 3.173,20 e R\$ 10.891,30 respectivamente, resultando no valor atual de R\$ 627.883,59 (seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos), conforme demonstrado na planilha Anexo I, que será dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas conforme plano de amortização (Anexo II). A primeira parcela é de R\$ 26.161,82 com primeiro vencimento em 10 de janeiro de 2010.

Art. 3º Ao valor atual mencionado no artigo anterior, serão acrescidos os juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, necessários à manutenção do regime de capitalização dos recursos previdenciários, até a última parcela, conforme consta na coluna “juros” da planilha Anexo II.

Art. 4º - As parcelas de que tratam o artigo 2º vencerão sempre no dia 10 de cada mês, sendo que o valor será debitado na 1ª parcela mensal do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e transferido para a conta corrente do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor, as quais serão devidamente atualizadas a contar da data de publicação da presente Lei, de acordo com a variação do IPCA-IBGE –, e em caso de extinção, por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**Parágrafo Único** – A variação do IPCA-IBGE mencionado no caput incidirá também sobre o saldo devedor a fim de repor as perdas com a inflação, conforme plano de amortização integrante da presente Lei (Anexo II).

Art. 5º O atraso no pagamento de qualquer parcela, por qualquer motivo, acarretará para o Município juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor da parcela, durante o período compreendido entre a data do vencimento e a data do respectivo pagamento, sem prejuízo da respectiva correção monetária.

Art. 6º O Poder Executivo poderá liquidar antecipadamente tantas parcelas quantas entender necessárias ou convenientes, e neste caso, para evitar interrupção no fluxo de caixa do FAPS, a liquidação de que trata este artigo garantirá a diminuição do número de parcelas a vencer, de acordo com o número de parcelas pagas de forma antecipada.

Art. 7º Considerar-se-ão vencidas todas as parcelas de que trata esta Lei, quando ocorrer o não pagamento de duas parcelas consecutivas, ou três intercaladas.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas em orçamento.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 17 de Dezembro de 2009.

**ARMINDO FERREIRA DE JESUS**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**CARMEN CAROLINA MEREGALLI MACHADO**  
Secretária de Administração